

Análise do comportamento e direitos das populações socialmente vulneráveis: Em direção a uma prática culturalmente sensível

Táhcita Mizael, Liane Dahás,
Denis Roberto Zamignani

A análise do comportamento no Brasil é reconhecida como um dos eixos de formação do psicólogo, cuja profissão tem como princípios a promoção de qualidade de vida e de direitos humanos. Esta premissa é repetida anualmente no juramento dos formandos de psicologia, no qual o recém psicólogo se compromete a pautar seu trabalho nos princípios da qualidade técnica e do rigor ético, além de contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, atendendo às demandas da sociedade e promovendo saúde e qualidade de vida (CFP, 2006).

Num país como o Brasil, cuja estrutura política e social reproduz e perpetua as desigualdades – o Brasil é o nono país mais desigual do mundo, onde 1/3 da renda total do país está nas mãos de 1% da população (Rede Nossa, 2021) – trabalhar em prol da qualidade de vida e das demandas da sociedade implica, necessariamente, estar atento às necessidades das populações socialmente minorizadas. Os dois anos de pandemia, sob uma desastrosa gestão do Governo Federal, acentuaram as desigualdades (Rede Nossa, 2021), expondo ainda mais essas populações a condições de vulnerabilidade.

Quando nos referimos a minorias sociais, falamos de grupos que, por diferentes particularidades, sofrem os efeitos da assimetria social – seja ela educacional, econômica, de gênero, racial, sexual, cultural, entre outros. O termo *estresse de minorias* refere-se ao sofrimento infligido – discriminação, estigmatização, exclusão – a indivíduos por pertencerem a grupos minoritários produzindo efeitos negativos no âmbito sócio-econômico, de saúde física ou psicológica – com impacto na constituição da identidade dos indivíduos pertencentes a estes grupos (Meyer, 1995; Meyer, 2003; Pantet, Zamignani, & Dahás, 2020).

O preconceito, a exclusão social, a dificuldade de acesso à saúde mental, a violência física, verbal e psicológica vividas por essas populações estabelecem uma condição de vulnerabilidade social que deve ser foco da preocupação de cientistas nos mais diversos campos da psicologia e do comportamento humano.

No entanto, embora haja pesquisadores e profissionais que há muito tempo se debruçam sobre temas relacionados, historicamente a área tem negligenciado muitas das demandas de populações socialmente vulneráveis. A análise do comportamento não é uma exceção à regra: há uma carência de trabalhos na área dedicados ao desenvolvimento de tecnologias para a proteção, inclusão e promoção do bem estar dessas populações (Fink, 2014).

O momento histórico em que vivemos é especialmente preocupante, no qual violações aos direitos das minorias têm sido banalizadas, senão incentivadas por políticas públicas que fomentam a desigualdade e a segregação (Anistia Internacional Brasil, 2021).

Na certeza de que a promoção e divulgação de estudos nos mais diversos âmbitos sociais é tarefa de todo cientista, o Grupo de Trabalho em Direitos Humanos do Paradigma (GT-DiH), em parceria com o corpo editorial da Revista Perspectivas, propuseram esse Número Especial “Análise do comportamento, estresse de minoria e direitos das populações socialmente vulneráveis: propostas de análise, desenvolvimento de tecnologias de intervenção e políticas públicas”, que teve como editores convidados as Dras. Liane Dahás, Táhcita Mizael e o Dr. Denis Roberto Zamignani.

Esse Número Especial é composto por 28 artigos que apresentam contribuições de analistas do comportamento voltadas à compreensão, análise e intervenção e de aspectos relacionados às popu-

lações socialmente vulneráveis. Alguns desses trabalhos foram desenvolvidos a convite dos editores deste Número Especial, enquanto outros foram submetidos a partir de chamada pública.

O primeiro artigo deste número especial busca registrar uma atuação em prol dos direitos humanos produzidos no âmbito da comunidade de analistas do comportamento brasileira. No artigo “Sobre a Resolução 001/1999 do CFP e o atendimento com vistas à reorientação sexual: Registro de uma luta permanente”, Denis Roberto Zamignani e Giovana Munhoz da Rocha reproduzem um documento elaborado em nome da Associação Brasileira de Ciências do Comportamento – ABPMC – em resposta a uma decisão de um Juiz Federal que permitia ao psicólogo o atendimento profissional com vistas à reorientação sexual. O documento retoma os princípios sustentadores da Resolução do CFP, bem como as determinações da Associação Americana de Psiquiatria, de 1973 e da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1990, que retiraram a homossexualidade da lista de doenças e reafirma o caráter prejudicial das chamadas terapias de reorientação sexual.

Questões relacionadas ao estereótipo de gênero, pautado na heteronormatividade, são fontes de sofrimento para diferentes grupos minorizados – mulheres, indivíduos LGBT+ – mas também geram sofrimento para indivíduos que, por definição, não fazem parte de populações socialmente vulneráveis, como é o caso dos homens heterossexuais. No artigo “Reflexões sobre masculinidades: possibilidades de interpretação a partir de uma visão analítico-comportamental”, Alex Valério, Danrley Pereira de Castro e Tiago Florêncio discutem o processo de aprendizagem de respostas socialmente atribuídas ao masculino e que constituem as diferentes masculinidades. Os autores analisam como padrões selecionados pela cultura dão origem a comportamentos de agressividade, rivalidade e de desrespeito às mulheres e indivíduos LGBT+. Esses padrões, apontam os autores, causam prejuízos aos próprios homens, que negligenciam a autoobservação e o autocuidado, e apresentam maior risco de se envolverem em acidentes de trânsito e de cometerem suicídio.

As questões de gênero são também abordadas no artigo de Felipe Augusto Monteiro Cravo, Marcela Almeida Sousa de Moraes e Ana Cláudia

Moreira Almeida-Verdu, cujo artigo tem o título “O uso do “Implicit Relational Assessment Procedure” na investigação sobre gênero: revisão sistemática”. Os autores fazem um trabalho de revisão sobre o Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) nos estudos sobre a temática de gênero. Foram identificados 10 estudos, com mais de 500 participantes, e todas as pesquisas identificaram vieses implícitos de gênero, com os homens mostrando níveis mais fortes de vieses que as mulheres.

Ainda sobre questões de gênero, Giovanna Franche de Moura Rezende e Alexandre Dittrich, no artigo chamado “Argumentos sobre a descriminalização do aborto no Brasil sob a ótica da análise de consequências”, fazem um excelente trabalho teórico, utilizando o método de análise de consequências para analisar os argumentos sobre a descriminalização do aborto, que é um problema de saúde pública no país. Os autores verificam que a criminalização não é eficaz para reduzir as taxas de aborto existentes, que a criminalização produz efeitos colaterais, especialmente para as mulheres, e que a descriminalização dessa prática possui o potencial de proteger a saúde, a vida e a liberdade das mulheres.

Tendo como raiz os estereótipos de gênero, a heteronormatividade tem importantes e prejudiciais impactos sobre a subjetividade do indivíduo LGBT+. No artigo “Práticas culturais heteronormativas e suas repercussões na clínica analítico-comportamental: um relato de caso”, de autoria de Andressa Engelmann e Isabelle Kuch as autoras destacam, a partir de um estudo de caso, a necessidade de uma compreensão integral do indivíduo que, ao considerar as variáveis culturais que atuam sobre o sofrimento psicológico de um indivíduo homossexual, promove o acolhimento das diversidades no âmbito da clínica.

Em “Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias”, Juliano dos Santos Souza, João Miguel Marques, Marco de Tubino Scanavino, Denis Roberto Zamignani e Angelo Brandelli Costa realizam uma análise comportamental da teoria de estresse de minoria a partir de três processos típicos da estrutura estigmatizante que reina em nossa cultura: estigma imposto, homonegatividade internalizada e ocultação da própria identidade sexual. O uso de mode-

los experimentais (supressão condicionada, estado motivacional defensivo e CMS) e conceitos (punição, reforço negativo, ambiente invalidante, esquivia experiencial, etc) lançam luz sobre os processos de formação de self e portanto, da subjetividade, sofrimento e competências de enfrentamento ao estresse do indivíduo LGBT+.

No artigo “Relação entre Cultura e Religião na Emissão de Comportamentos LGBTfóbicos por Psicólogos(os) Clínicas(os)”, Fernanda Padilha, Leandro Fazzano e Alex Gallo discutem os impactos dos valores heteronormativos e religiosos sobre a prática clínica, apontando os riscos de uma prática LGBTfóbica, que pode revitimizar o indivíduo LGBT+ e ferir os princípios de uma audiência não-punitiva.

Variáveis do terceiro nível de seleção do comportamento são também apontadas como possíveis fontes de respostas LGBTfóbicas de terapeutas no artigo “Uma interpretação comportamental sobre a LGBTfobia reproduzida no contexto psicoterapêutico”, de autoria de Bianca Toledo, Leandro Fazzano e Alex Gallo. Os autores apontam ainda como o histórico de classificações psiquiátricas patologizantes e o entrelaçamento de contingências sociais heteronormativas podem contribuir para a ausência de um repertório discriminativo do terapeuta, impedindo a prevenção de práticas excludentes.

Thiago Savio, Giovana Rocha e Mariana Sartor, no artigo “Práticas educativas na homoparentalidade e repertório de competências e problemas de comportamento em seus filhos” apresentam um estudo sobre práticas educativas parentais e repertório comportamental dos filhos em uma pequena amostra de pais homossexuais. O estudo mostra uma variedade de práticas parentais e de padrões de comportamento dos filhos, sugerindo haver pouca relação entre tais práticas e a orientação sexual dos pais.

No artigo “Self e transgeneridade: contingências sociais e controle”, Gabriela Zin, Viviane Gama e Maria de Jesus Reis, propõem uma interpretação comportamental contextual do desenvolvimento das identidades de gênero trans a partir da noção de self. As autoras apontam como as agências de controle, incluindo a psicoterapia, perpetuam as práticas cis-heteronormativas que, visando o controle social a partir do gênero, invalidam e margi-

nalizam as pessoas trans, impactando o desenvolvimento do self dessas pessoas. A análise funcional é apontada como uma das principais ferramentas dentro das terapias comportamentais para um cuidado afirmativo da identidade trans.

A violência contra a população trans é também foco da análise desenvolvida por Bárbara Silva e Juliane Viecili, no artigo “Características do comportamento de microagressão contra pessoas trans em ambientes de trabalho”. As autoras descrevem as principais classes de comportamentos que compõem as microagressões experimentadas por pessoas trans no ambientes de trabalho, a partir de entrevistas conduzidas com indivíduos transexuais. O silenciamento da vítima e a pouca responsividade dos agressores quando confrontados são as principais experiências relatadas pelos indivíduos entrevistados.

Hayana Siqueira e Vinicius Siqueira também buscam elucidar aspectos relacionados à violência contra a população trans, no artigo “Estratégias da análise do comportamento para diminuição de atos agressivos contra transexuais no ambiente escolar”. Os autores, por meio de revisão de literatura, levantam as principais fontes de estimulação aversiva para a população de transexuais dentro do ambiente escolar, visando o desenvolvimento de estratégias de proteção e prevenção para a criação de um ambiente escolar de equidade.

O longo caminho trilhado pela comunidade LGBT+ brasileira em busca da despatologização da homossexualidade e a conquista de direitos alcançada por essa população é descrito no artigo de Ludmila Carvalho e Elis Simão no artigo “Políticas Públicas para População LGBT+ e Interfaces com a Psicologia”. Políticas públicas implementadas nas últimas décadas abriram caminho para o reconhecimento e a atenção às necessidades das diferentes comunidades acolhidas na sigla LGBT+. As autoras lembram que os direitos ora conquistados não são garantidos de forma permanente, o que exige constante vigilância para que não haja retrocessos e é papel do analista do comportamento contribuir nessa vigilância e na luta contra toda forma de discriminação.

As questões raciais e sua articulação com a análise do comportamento são o tema de Quatro estudos teóricos que articulam as questões raciais a partir da teoria analítico-comportamental.

Pedro Henrique Araújo Orlandi e Thaize de Souza Reis, no artigo “Racismo religioso na escola: projeto de delineamento cultural para seu enfrentamento”, escrevem sobre o racismo religioso, mostrando as diferenças entre intolerância religiosa e racismo, apontando as possíveis variáveis controladoras desta prática, e elaborando uma proposta teórica de intervenção sobre este no contexto escolar, a partir das contribuições da Análise Comportamental da Cultura.

Edvaldo Marques de Araújo, Ketlen Ariany da Silva Xavier, Lucas Batista de Souza e Christian Vichi, em seu artigo chamado “Racismo Internalizado: Uma Perspectiva Analítico-Comportamental”, fazem um trabalho de interpretação analítico-comportamental do fenômeno descrito como “racismo internalizado”, apontando os processos comportamentais presentes nesse fenômeno, com foco nas relações arbitrárias entre traços negróides e estímulos aversivos que levam ao sofrimento psíquico da população negra.

No artigo intitulado “Questões raciais na análise do comportamento: Uma análise preliminar sobre a baixa produção da área”, Talissa de Souza Silva, Beatriz Rosália Gomes Xavier Flandoli e Táhcita Medrado Mizael fazem um ensaio buscando responder à pergunta “por que há uma baixa produção na análise do comportamento sobre questões raciais?”. Algumas hipóteses explicativas para a baixa produção foram, por exemplo, o isolamento da área, o fato de o curso de Psicologia ser criado para as elites e, portanto, pessoas brancas, e a demora na implementação das ações afirmativas nas Universidades.

Ainda sobre questões raciais, Sayuri Miranda de Andrade Kuratani, Laís Maria Souza de Cerqueira, Luana Karina dos Santos Pereira, Raíssa Santos Monteiro da Silva e Ana Carolina Aires Mendes, no artigo chamado “A ética amorosa de bell hooks e a FAP: Interloquções entre feminismo negro e clínica comportamental”, realizaram um ensaio teórico com o objetivo de articular a Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) com a ética amorosa de bell hooks, autora do feminismo negro norte-americano. As autoras trazem reflexões sobre como a clínica pode se beneficiar de um olhar diferenciado para grupos raciais minorizados, especialmente a população negra.

O Número Especial apresenta um artigo inédito no qual é apontado que, apesar da enorme quantidade de pesquisas da Análise do Comportamento Aplicada veiculadas sobre o atendimento e demais questões relacionadas a crianças autistas, há baixíssima produção sobre intervenções propostas para adultos, em especial mulheres. “Análise do comportamento aplicada ao autismo e atuação socialmente responsável no Brasil: Questões de gênero, idade, ética e protagonismo autista” foi produzido por Táhcita Medrado Mizael e Cíntia Cristina Ferreira Ridi, e também discute a ausência de participação da população autista no estabelecimento de metas terapêuticas, avaliação de eficácia ou de temas de pesquisa, discutindo a necessidade de ampliar as discussões éticas dentro dessa área tão renomada e reconhecida por sua eficácia – em detrimento da aprovação dos principais interessados sobre o que é ou não eficaz.

O volume também conta com dois estudos sobre educação especial e deficiência. No primeiro, de autoria de Maria Clara de Freitas, Priscila Benitez e Lidia Maria Marson Postalli, intitulado “Contribuições da Análise do Comportamento para a inclusão educacional brasileira” as autoras discorrem sobre como a análise do comportamento pode auxiliar nas perspectivas atuais sobre inclusão na área da educação, trazendo como exemplos os avanços nos programas educacionais e na formação de profissionais da área pautados na análise do comportamento.

A segunda pesquisa, “Efeitos de apoios no desempenho de pessoas com síndrome de Down inseridas no mercado de trabalho”, realizada por Livia Rech de Castro e Candido Vinicius Bocaiuva Barnsley Pessôa, utiliza metodologia da análise do comportamento (delineamento AB e linha de base múltipla entre comportamentos) para averiguar se a inserção de apoios para duas pessoas com síndrome de down seriam efetivas para melhorar seus desempenhos no trabalho. Os autores verificaram que tais apoios, classificados como estímulos discriminativos, foram efetivos para aumentar a precisão das respostas dos dois participantes.

Outro tema abordado foi o de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que tendem a se encontrar em situação de vulnerabilidade social e a viver sob forte estigmatização.

“Análise do comportamento e Socioeducação: Contribuições para a atuação com adolescentes em conflito com a lei”, de Fernanda Bordignon Luiz e Renata Teixeira Parapinski, discutem a importância da clarificação de comportamentos alvo na intervenção com essa população, que é deixada à margem da sociedade devido à dificuldade em apresentar comportamentos relevantes para uma melhor interação com seu meio, como os ditos comportamentos socialmente habilidosos.

Já em “Avaliação de um programa para desenvolver comportamento assertivo em adolescentes em conflito com a lei”, Renata Teixeira Parapinski, Andrey Santos Souza, Fernanda Bordignon Luiz e Gabriel Gomes de Luca realizaram um delineamento com grupo experimental e controle, no qual o primeiro era exposto a um treino enfatizando comportamentos alvo da classe “comportamentos assertivos”, tendo a intervenção sido particularmente eficiente no item “Expressar raiva e pedir mudança de comportamento”.

Em situações extremas, como catástrofes ambientais e pandemias, nem todas as populações têm condições iguais de sobreviver aos riscos físicos e psicológicos. No contexto educacional, o artigo “Manejo da Ansiedade para Estudantes de Graduação no Contexto do Isolamento Social: Um Programa de Ensino à Distância”, de Denise Passarelli Ariane Rico, Marina Aoki Basaglia, Giovan Willian Ribeiro, Cassiana Saraiva Quintão e Patrícia Waltz Schelini apresentam uma proposta para identificar e manejar sintomas de ansiedade em universitários durante a pandemia de COVID-19. Trata-se de um minicurso realizado *on line*, com baixo custo, propício para ser divulgado em populações com pouco acesso a serviços como psicoterapia. A elaboração de programas desse porte é certamente uma grande contribuição da análise do comportamento para pessoas em vulnerabilidade social.

Já em “Algumas contribuições empíricas da Análise do Comportamento para a Gestão Integral de Riscos e de Desastres”, Henrique do Nascimento Ricardo, Denise Aparecida Passarelli e Maria de Jesus Dutra dos Reis realizam uma revisão dos estudos em Análise do Comportamento que lidam com o tema de gerenciamento de comportamentos relevantes frente a situações catastróficas nas fases de prevenção, preparação, mitigação e recuperação.

Das 54 publicações inicialmente identificadas, somente sete foram incluídas, demonstrando a necessidade de maior exploração do tema.

Quanto ao abuso de substâncias, o Número Especial traz Maxwell Cândido de Lima, Carolina Pedroza Barros da Silva, Roberto Soares Pessoa Neto e Daniely Ildegardes Brito Tatmatsu apresentando o desenvolvimento de um aplicativo de redução de danos. O artigo “Bia: Um Aplicativo de Redução de Danos Analítico-Comportamental” se utilizou da metodologia Design Instrucional Contextualizado na criação de um aplicativo de monitoramento do uso, busca de autoconhecimento e de psicoeducação sobre a redução de danos. O aplicativo, ao focar na promoção de respostas de autocuidado, age na contramão das políticas patologizantes tão conhecidas, que proíbem o uso e criminalizam o usuário.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o compromisso do analista do comportamento com a sua ampla divulgação e aplicação são o mote do artigo de Alexandre Dittrich: “Direitos humanos: Por que analistas do comportamento deveriam se importar?”. O autor ressalta a importância da educação para o diálogo como alternativa à agressão e à violência, onde as experiências singulares dos “outros estranhos” sejam ouvidas e valorizadas. A importância dada pela perspectiva analítico-comportamental à idiosincrasia produzida pelas diferentes histórias de desenvolvimento deveria ser a referência para uma educação da sensibilidade, que inclua a compreensão e o respeito pelas variadas formas de ver e de viver e se oponha ativamente a práticas que produzem e sustentam a miséria, a tirania e a opressão. Essa mesma perspectiva, segundo o autor, é incompatível com a perspectiva meritocrática que produz a culpabilização da vítima com base em explicações internalistas do comportamento.

Chamando também a uma reflexão ética sobre o papel do analista do comportamento, Francisco Paixão Júnior discute, no artigo “Conhecimento Científico e Interseccionalidade: da ingenuidade à sensibilidade política na Análise do Comportamento”, como a idéia de uma suposta neutralidade científica que embasa a teoria analítico-comportamental pode invisibilizar as variáveis de controle culturais que agem sobre a pro-

dução científica da abordagem. Sugere que vieses de gênero, raça e classe podem tornar a comunidade analítico-comportamental menos sensível em identificar, analisar e intervir em contextos de desigualdades e injustiças sociais, e que uma educação da sensibilidade pode contribuir para uma ciência mais inclusiva.

Nessa mesma linha, Carolina Laurenti e Carlos Eduardo Lopes defendem uma análise do comportamento com forte caráter contracultural, abandonando de uma vez por todas uma suposta neutralidade científica e política que acaba por funcionar em prol da exploração e da injustiça social. O ensaio “Uma Análise do Comportamento Contracultural: Perspectivas e Desafios” finaliza essa edição convocando os analistas do comportamento a se oporem aos controles institucionais que obstruem a criação de uma sociedade mais igualitária e ao mesmo tempo, diversa.

Se a proposta deste número especial foi fomentar a produção científica em análise do comportamento sobre questões vivenciadas por populações socialmente vulneráveis, a diversidade de temas, a qualidade do material produzido e a quantidade de trabalhos propostos evidenciam que a proposta não foi em vão. A comunidade de analistas do comportamento brasileira está atenta às demandas impostas pela sociedade e trabalhando ativamente em direção a uma ciência mais inclusiva e positiva, contribuindo na construção de mundo mais humano e solidário.

Referências

- Anistia Internacional Brasil (2021). *1000 Dias sem direitos: As violações do governo Bolsonaro*. Anistia Internacional. Disponível online em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/09/1000-dias-sem-direitos-As-violacoes-do-governo-Bolsonaro.pdf>, recuperado em 26/04/2022.
- Conselho Federal de Psicologia (2006). *Resolução CFP N° 002/2006: Estabelece referência para os símbolos oficiais da psicologia*. Disponível online em http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_002-06.aspx Recuperado em 25/04/2022.
- Fink, J. D. (2014). *O Compromisso Social dos Analistas do Comportamento: Caracterização e exame de publicações em periódicos brasileiros da área*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Experimental da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Retirado de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16728/1/Julia%20Daher%20Fink.pdf>
- Meyer, I.H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. *Journal of Health and Social Behavior*, 36, 38-56. doi: 10.2307/2137286
- Meyer, I.H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, 129, 674-697. doi: 10.1037/0033-2909.129.5.674
- Pantet, A.; Zamignani, D.R.; Dahás, L. J. S. (2020). Direitos humanos, estresse de minorias e ciência comportamental: proposta de um grupo de trabalho. *Boletim Paradigma*, 15, 17-25. Disponível online em https://www.paradigmaac.org/_files/ugd/e08ca6_8a311404006945dc9d5c6d2bd3dfe001.pdf, recuperado em 26/04/2022.
- Rede Nossa São Paulo (2021). *Mapa da desigualdade 2021*. Disponível online em <https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/mapa-da-desigualdade-2021-traz-indicadores-sobre-mobilidade-produzidos-pelo-cem>. Recuperado em 25/04/2022.